

A falácia dos “modernizantes”

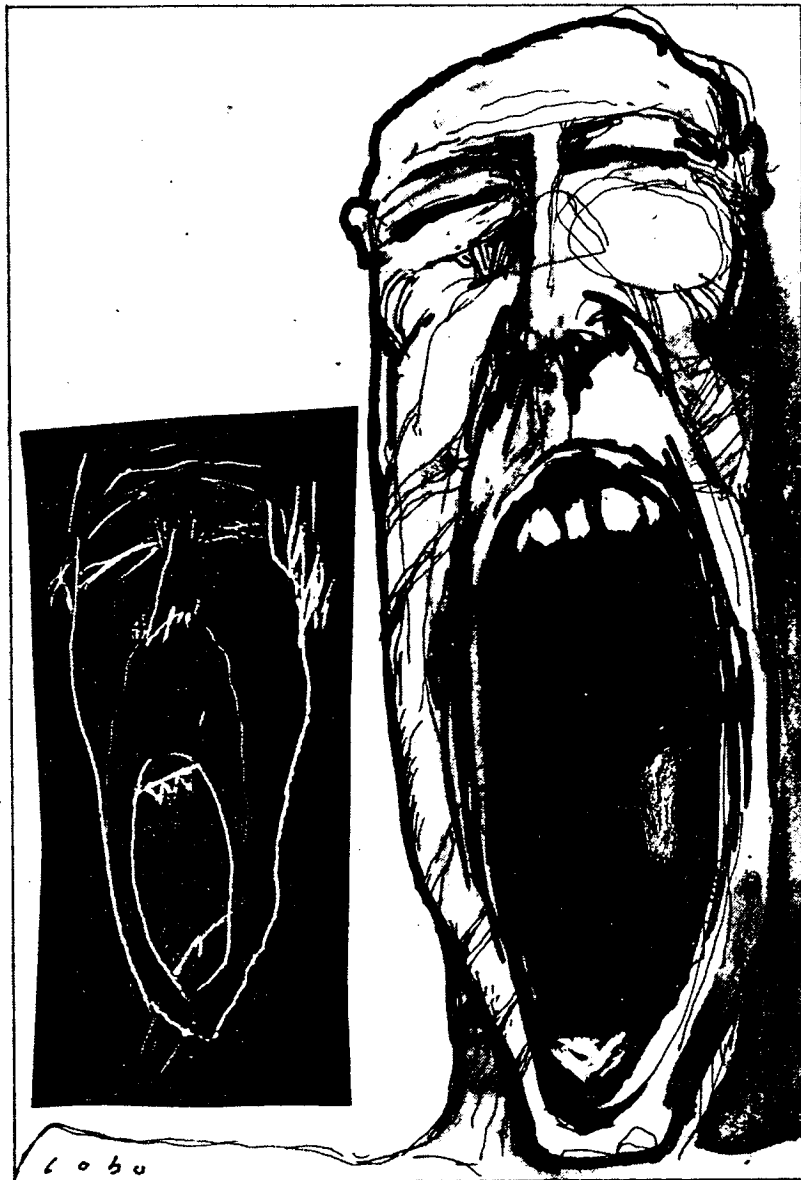
Sandra Starling

O debate da moda é o da diminuição da intervenção do Estado na economia. Liberais convictos postulam o Estado mínimo, restrito às ações no campo da educação, saúde e segurança pública. “Modernos”, de vários matizes, clamam contra a presença estatal em setores onde a iniciativa privada teria o condão, segundo eles, de aumentar a qualidade e a produtividade, por intermédio da concorrência. Quem defende os monopólios do petróleo e das telecomunicações é chamado de estatizante, quando não de “jurássico” ou “dinossauro”.

Não se encontra, porém, entre porta-vozes da modernidade, um só que tenha se insurgido, ou que ao menos aponte o crescimento da intervenção estatal na questão da fixação dos salários, ou seja, no que interessa mais profundamente ao trabalhador. E aí se desnuda a posição ideológica dos “modernizantes”: liberdade para o capital e controle total em relação ao trabalho. Só assim se pode explicar que o Plano Real não tenha sofrido nenhuma crítica — dos liberais e dos “modernos” — no que se refere à manutenção e à ampliação da intervenção do Estado na política salarial.

O Brasil é hoje, seguramente, um dos países onde o Estado mais interfere na fixação dos salários.

Essa tradição nasceu com Vargas, ao criar institucionalmente o salário mínimo. Prosseguiu na vigência da Constituição de 1946, com a fixação do mínimo e dos salários dos



funcionários públicos pelo Executivo. Em 1965, a ditadura militar aprimorou o sistema. Primeiro chamou a si a determinação dos salários das estatais e das concessionárias dos serviços

públicos (Circular nº 10, do Gabinete Civil da Presidência da República, de junho de 1964). Em seguida, com a Lei Nº 4.725/65 e suas modificações posteriores, a vigência desse in-

tervencionismo se estendeu também ao setor privado, chegando ao cúmulo de proibir a concessão de reajustes ou aumentos a intervalos inferiores a um ano. Para combater a inflação, diziam as autoridades daquela época.

Que a ditadura tenha agido assim, não surpreende: afinal, os militares assumiram o poder com o objetivo de combater a República Sindicalista (que diziam ser o projeto de João Goulart) e para retomar o crescimento econômico acima de tudo e de todos. Mas que essa mesma ingerência venha a ocorrer agora, com o plano FHC/PFL, aí já é demais. E, no entanto, no processo de urvização dos salários incluiu-se o mesmo intervalo de um ano, da ditadura militar, para a obtenção de reajustes, acenando-se com a negociação coletiva para os setores que conseguirem fazer valer sua força.

Num quadro de cerceamento ou ameaça frontal ao direito de greve — com os tanques na rua, como fez Itamar e com a decretação da ilegalidade da greve no setor público, como fez o Supremo, e com as demissões em massa em vários setores (bancos, por exemplo), além de férias coletivas em outros (indústria eletroeletrônica) —, queremos ver qual categoria vai ter êxito na negociação coletiva!

A falácia dos “modernizantes” fica visível: o Estado tem que ser mínimo — para os empresários —, mas continuar máximo contra os trabalhadores.

■ Sandra Starling é deputada pelo PT de Minas Gerais